

Recurso contra a decisão de inabilitar a empresa Felco Faleiros Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP

Processo Licitatório nº 166/2022 - Pregão Eletrônico nº 090/2022

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para prestação de serviços de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com as especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital.

A empresa **Felco Faleiros** Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.993.481/0001-37, sediada à Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza nº 1409, salas B e C, Jardim Santa Felícia, São Carlos/SP, CEP 13.563-330, e-mail: contato@felcofaleiros.com, por intermédio de sua representante legal, Bruna da Cunha Felício, RG 27.001.125-0 SSP/SP, CPF 312.845.508-26, vem, respeitosamente, apresentar **recurso contra a decisão de inabilitar a empresa no Pregão Eletrônico nº 090/2022**, com base nos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir delineados.

A empresa Felco Faleiros participou do Pregão Eletrônico nº 090/2022 tendo ofertado o menor valor entre os licitantes. Na fase de conferência da documentação de habilitação o Pregoeiro inabilitou equivocadamente a empresa e o sistema da **plataforma BBMNET bloqueou a empresa, sem que ela tivesse oportunidade de manifestar a intenção de manifestar recurso.**

No entanto, a empresa Felco Faleiros não concorda com a justificativa apresentada pelo Pregoeiro para inabilitá-la e tem o direito de apresentar suas razões.

Conforme o Edital:

1. PREÂMBULO

1.1. [...]. O processo será regido pelas disposições legais e condições estabelecidas no presente Edital, pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, pelos Decretos Municipais nº 84/2021 (regulamenta o pregão

FELCO FALEIROS Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP

Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza nº 1409, salas B e C

Jardim Santa Felícia, São Carlos/SP, CEP 13.563-330

CNPJ: 10.993.481/0001-37 Tel.: (016) 3415.4095

www.felcofaleiros.com

contato@felcofaleiros.com



eletrônico) e nº 366/2008, pela Lei Municipal nº 5.354/2011 e suas alterações posteriores e **pela aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.**

A Lei 8666/93 é bastante clara no Art. 109, inciso I, alínea a, que caberá recurso frente aos atos da Administração que implicar em habilitação ou inabilitação do licitante.

O Pregoeiro declarou equivocadamente a empresa Felco Faleiros inabilitada e a plataforma bloqueou nosso contato, não permitindo que nos manifestássemos sobre a arbitrariedade, conforme pode ser verificado a seguir:

Atenção

O licitante está inabilitado e não pode enviar mensagem de chat

Lotes de 1 até 1 / 1

Etapa/Situação: Manifestação de recurso/Em Andamento

Licitantes: FELCO FALEIROS PROJETO E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA

Preço Atual: R\$ 71.000,00 Variação Mínima(R\$): 0,01

Valor Total: R\$ 0,00 Lance Calculado: R\$ 0,00

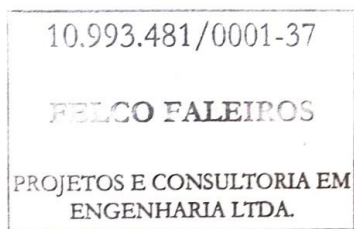
Data	Hora	Licitante	ME-EPP	Classificado	Marca	Lance R\$
13/03/2023	09:52:04	MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA / Licitante 1	Sim	Sim		71.000,00
13/03/2023	09:45:48	Lider Engenharia e Gestao de Cidades LTDA ME / Licitante 2	Sim	Sim		74.900,00
13/03/2023	09:43:55	Fernando Mayrink Projetos Construtores e Consultoria Ltda / Licitante 5	Sim	Sim		80.000,00
13/03/2023	09:41:34	Latus Consultoria Pesquisa e Assessoria de Projetos LTDA / Licitante 4	Sim	Sim		94.990,00
13/03/2023	09:53:42	FELCO FALEIROS PROJETO E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA / Licitante 3	Sim	Não		70.999,99

No mesmo momento enviamos e-mail ao setor de licitações e ao jurídico de Conselheiro Lafaiete manifestando nosso interesse em interpor recurso:

FELCO FALEIROS Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP
Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza nº 1409, salas B e C
Jardim Santa Felícia, São Carlos/SP, CEP 13.563-330
CNPJ: 10.993.481/0001-37 Tel.: (016) 3415.4095

www.felcofaleiros.com

contato@felcofaleiros.com



Pregão Eletrônico nº 090/2022 - plhis



Felco Faleiros Engenharia <contato@felcofal>
Para 'juridico@conselhoelafaiete.mg.gov.br'; 'licita.lafaiete@gmail.com'
Cc 'cassia@felcofaleiros.com'



Responder

Responder a Todos

Encaminhar



seg 13/03/2023 15:35

Prezados, boa tarde!

Requeremos recurso, uma vez que uma leitura atenta do Edital faculta a empresa a apresentar a documentação da forma que apresentamos. Assim a inabilitação da empresa Felco Faleiros não ocorreu de forma prevista em edital e na lei.

O sistema não permite que no comuniquemos por lá!!

Att.,



Eng^a. Bruna da Cunha Felicio

FELCO FALEIROS PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA. EPP

CNPJ 10.993.481/0001-37

Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, nº 1409 - salas B e C

Parque Santa Felicia, São Carlos/SP CEP: 13563-330

Tel: 16 - 3415.4095

Cel.: 16 99158.8960

www.felcofaleiros.com

O setor de licitações respondeu ao e-mail informando que a única forma de interpor recurso era mediante a plataforma da BBMNET.

Re: Pregão Eletrônico nº 090/2022 - plhis



Licitacao Lafaiete <licita.lafaiete@gmail.com>
Para Felco Faleiros Engenharia
Cc juridico@conselhoelafaiete.mg.gov.br; cassia@felcofaleiros.com



Responder

Responder a Todos

Encaminhar



seg 13/03/2023 15:40

Clique aqui para baixar imagens. Para ajudar a proteger sua privacidade, o Outlook impediu o download automático de algumas imagens desta mensagem.

Prezados, boa tarde!

Conforme item 13.1. do edital que rege o Pregão 090/2022, a interposição de recurso deverá se dar de forma imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.bbmnetlicitacoes.com.br. (acessar link "recurso").

Esse e-mail NÃO é meio idôneo hábil a registrar o pedido de recurso.
Atenciosamente
equipe de Pregão

No entanto, conforme já manifestamos **FOMOS BLOQUEADOS NA PLATAFORMA DA BBMNET E NÃO ERA POSSÍVEL NOS MANIFESTAR POR LÁ, NÃO HAVIA FORMA DE ENVIAR MENSAGEM NEM REQUERER RECURSO PELA PLATAFORMA.**

FELCO FALEIROS Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP

Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza nº 1409, salas B e C

Jardim Santa Felicia, São Carlos/SP, CEP 13.563-330

CNPJ: 10.993.481/0001-37 Tel.: (016) 3415.4095

www.felcofaleiros.com

contato@felcofaleiros.com



No cenário apresentado, não concordando com a decisão do Pregoeiro de nos inabilitar e tendo manifestado interesse em interpor recurso, apresentamos, conforme preconizado em Lei, nossas razões para a habilitação de nossa empresa e consequente declaração de nossa oferta a vencedora, por se apresentar a mais vantajosa à Administração e apresentar a documentação exigida.

Segundo o Pregoeiro a empresa Felco Faleiros não atendeu ao exigido em:

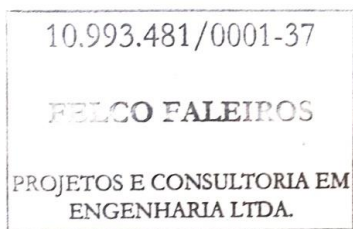
8.7.4 Termo de Indicação da Equipe Técnica Multidisciplinar adequada e disponível para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, composta, no mínimo, por profissionais com formação nas seguintes áreas, **facultada a utilização do modelo contido no Anexo VII: (g.n)**

a) Arquitetura ou Urbanismo, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação;

b) Direito, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação ou Direito Urbanístico;

c) Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia, com especialização ou experiência comprovada em Organização, Desenvolvimento e Participação Social.

8.7.5. Prova de que os profissionais que compõem a equipe técnica, bem como o (s) profissional (is) indicado (s) como responsável (is) técnico (s) (indicados nos itens anteriores), pertencem ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para a entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins desta licitação, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços com contrato escrito e firmado com o licitante **OU** com **declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, facultada a utilização do modelo contido no Anexo VI. (g.n.)**



No entanto, uma leitura atenta às exigências do Edital vê-se que a empresa Felco Faleiros atendeu perfeitamente ao exigido, uma vez que:

1 – Para atendimento do item 8.7.4 declaramos, sob as penas da Lei, que:

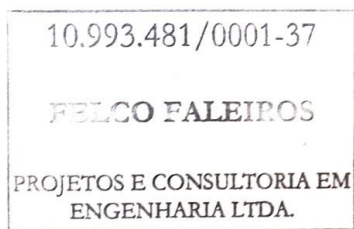
- possuímos a equipe técnica qualificada, habilitada, capacitada e disponível para realização dos serviços objeto desta licitação;
- qualificamos os profissionais membros da equipe técnica que serão responsáveis pelos trabalhos;
- nos comprometemos a apresentar a documentação do(s) profissional(is) para atendimento à(s) exigência(s) editalícia(s) no que tange à qualificação técnica profissional, caso este licitante se sagre vencedor desta licitação; e
- nos responsabilizamos por manter os profissionais durante toda a execução dos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- Declaração apresentada no documento intitulado: “12 Equipe_ass”.

Salientamos que no Edital fica muito claro que **a utilização do modelo contido no Anexo VII, para atendimento ao item 8.7.4, é facultativa, ou seja, não é obrigatória**. Neste cenário, sendo a utilização de uma declaração facultativa e o Edital não exigindo expressamente que se apresente os nomes e a documentação dos profissionais arrolados na equipe, a declaração formada pela empresa Felco Faleiros cumpre totalmente o exigido, não sendo legal sua desclassificação.

Em momento algum é exigido que todos os itens do **Anexo VII** fossem preenchidos, sendo sua apresentação facultativa!

2 – Para atendimento do item 8.7.5, declaramos, sob as penas da Lei, que:

- possuímos equipe técnica qualificada, habilitada, capacitada e disponível para realização dos serviços objeto desta licitação, conforme exigência do Edital item 8.7.4, e nos comprometemos à contratação futura, caso nos sairmos vencedores do certame.



- Declaração apresentada no documento intitulado: “20 VINCULAÇÃO_ ass”.

Mais uma vez salientamos que no Edital fica muito claro que **a utilização do modelo contido no Anexo VI, para atendimento ao item 8.7.5, é facultativa, ou seja, não é obrigatória**. Neste cenário, a utilização do **Anexo VI** é facultativa e o Edital possibilita a apresentação de **declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame**, o que foi apresentado pela empresa Felco Faleiros, tendo portanto, cumprido o exigido em Edital.

Pelo exposto, cumprimos o exigido em Edital, pois ele **faculta** a apresentação dos anexos e não exige em momento algum a apresentação do nome dos profissionais, com exceção do responsável técnico, que nosso caso é sócia da empresa.

NO MOMENTO QUE O EDITAL FACULTA A APRESENTAÇÃO DOS ANEXOS VII E VI E NÃO EXIGE EXPRESSAMENTE, EM SUAS CLÁUSULAS, QUE SE APRESENTE OS NOMES DOS MEMBROS DA EQUIPE E POSSIBILITA AO LICITANTE QUE APRESENTE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA, A DOCUMENTAÇÃO DE FELCO FALEIROS É PERFEITAMENTE CORRETA E ATENDE AO EXIGIDO NO EDITAL E NA LEGISLAÇÃO.

Para a qualificação técnica sabe-se que, conforme o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, somente podem ser exigidas condições mínimas necessárias para garantir satisfatória execução do objeto. Ademais, em razão do princípio da legalidade, a Administração deve restringir suas exigências de habilitação aos documentos arrolados na Lei 8.666/93 e a requisitos previstos em lei especial, conforme o caso.

“Art. 37. (...)XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos



termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (g.n.)

Isso esclarecido, transcreve-se o que dispõe a Lei nº. 8.666/93 sobre as exigências de qualificação técnica:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á a:***

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

[...]

*§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a **apresentação de***

FELCO FALEIROS Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP

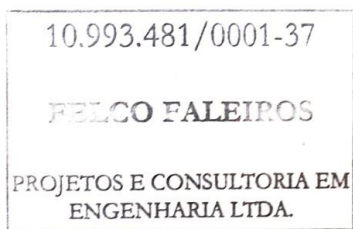
Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza nº 1409, salas B e C

Jardim Santa Felícia, São Carlos/SP, CEP 13.563-330

CNPJ: 10.993.481/0001-37 Tel.: (016) 3415.4095

www.felcofaleiros.com

contato@felcofaleiros.com



relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia. (g.n.)

[...]

Ao definir o objeto da licitação cabe à Administração prever as exigências técnicas mínimas necessárias a sua execução, sempre justificadamente, e fixá-las no respectivo Edital, sempre visando a participação do maior número de interessados, a fim de privilegiar a maior competitividade do certame e viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público.

Assim, conforme especificidades do objeto licitado, é válido que a Administração defina em edital a composição mínima da equipe técnica que julgar necessária para a satisfatória execução do objeto, bem como o perfil dos profissionais que a integram, desde que pautada em justificativa adequada e suficiente.

Contudo, considerando que essa exigência insere no âmbito da qualificação técnica da licitante, a comprovação de atendimento a este requisito de habilitação poderá ser feita mediante a apresentação de declaração formal de disponibilidade sem ser necessário relação nominal dos integrantes ou qualquer outra espécie de comprovação, a qual será exigida após a adjudicação, como condição para assinatura do contrato, que se descumprida sujeitará o particular às sanções cabíveis em face de sua inadimplência.

De acordo com Bräunert (2014¹), em sua obra voltada a licitações de obras e serviços de engenharia:

“Pode ser fixado como requisito, no instrumento convocatório, que o Proponente deverá comprovar a existência de disponibilidade de máquinas e equipamentos, assim como de pessoal técnico apto à execução da obra ou serviço de engenharia. **Neste caso, o Proponente deverá apresentar uma relação de máquinas, equipamentos e de pessoal técnico especializado, declarando formalmente e expressamente a sua**

¹ BRÄUNERT, Rolf Dieter Oskar Friedrich. Como licitar obras e serviços de engenharia. 3. ed. rev.atual. e ampl. Curitiba: Editora JML, 2014, pág. 117.

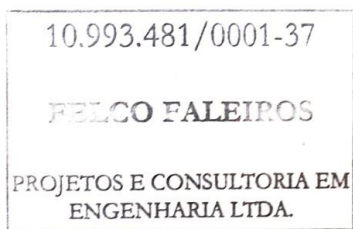
disponibilidade. Deve ficar bem claro que esta declaração obriga o Proponente, se for contratado, a disponibilizar os bens e pessoal no canteiro de obras ou no local onde será executada a obra ou serviço. Não é permitida a exigência de que os bens arrolados sejam de propriedade do Proponente. É indispensável considerar que é absolutamente vedado impor ao Proponente a localização prévia das máquinas e equipamentos ou de outros bens necessários para a execução da obra ou serviço de engenharia, conforme art. 30, § 6º, da Lei n. 8.666/93” (g.n.)

Complementarmente, apresenta Pereira Júnior (2007²), que defende:

“Se o ato convocatório houver de formular exigência respeitante a instalações, equipamento e **pessoal especializado ainda na fase de habilitação preliminar, o habilitante está autorizado a satisfazê-la por meio de declaração formal de que dispõe dos itens exigidos**, em condições de atender ao objeto da licitação; instruirá a declaração com rol que os discrimine. Esta é a diretriz que o parágrafo traça para os licitantes.

Ao mesmo tempo, remete comando restritivo para a Administração: o de que não poderá formular a exigência de modo a individualizar bens que já devam ser de propriedade do habilitante, nem situados em determinado local. A vedação é importante para impedir exigência que direcione a habilitação ao indicar bens certos e determinados, de que somente disporão uma ou algumas das empresas aptas à disputa. **Por conseguinte, cabível é a exigência, como requisito de habilitação, quanto a instalações, equipamentos e pessoal reputados essenciais para a execução do objeto, porém terá de ser deduzida no edital em termos genéricos e despersonalizados. Assim, por exemplo, se a exigência for de pessoal especializado, terá de indicar a natureza e o grau da especialização, sem mencionar nomes de profissionais ou de escolas que os tenham formado.** Se for de equipamentos, terá de refletir funções ou capacidade, sem exigir número de funções e quantidade de potência superiores ao que bastar à realização do objeto” (g.n.)

² PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários a lei de licitações e contratações da administração pública. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 414.



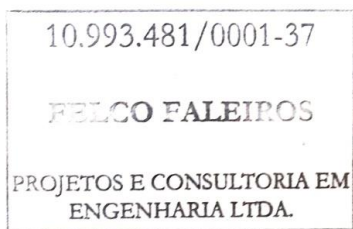
Salienta-se que o Edital deve se limitar a indicar o quantitativo mínimo dos profissionais que indispensavelmente devem compor a equipe técnica, de modo a assegurar a qualidade do serviço, tendo em vista que cabe a cada licitante, a rigor, em vista de sua estrutura definir o número exato de pessoal necessário à execução da integralidade dos serviços pretendidos.

No Acórdão 199/2016, do Plenário do Tribunal de Contas da União, foi apontado como irregularidade o fato de a Administração fazer constar em edital exigência impertinente e desnecessária, na medida em que não traçou, de forma justificada, o perfil dos profissionais imprescindíveis para a composição da equipe técnica e requerendo, mesmo assim, a apresentação da relação nominal desses integrantes.

Deste modo, ainda que seja possível ao órgão licitante definir em edital a composição mínima da equipe técnica necessária para executar o objeto a ser contratado, isto deve ser realizado com cautela e razoabilidade, em face de justificativa técnica adequada, sob pena de restrição indevida do universo de competidores do certame. **E para comprovação de atendimento a este requisito, a rigor, o licitante não é obrigado a apresentar relação nominal dos profissionais que compõem sua equipe, mas sim declaração formal de disposição desse pessoal técnico especializado.**

Sangrando-se vencedor da licitação, caberá ao particular, então, de fato comprovar a alegada disponibilidade da estrutura exigida, o que inclui a equipe técnica mínima estabelecida pela Administração e a efetiva comprovação de vínculo.

Nessa linha, conforme já apresentado, tem-se que é viável que a Administração defina no instrumento convocatório a composição mínima da equipe técnica que julgar necessária para a satisfatória execução do objeto, bem como o perfil dos profissionais que a integram (desde que pautada em justificativa adequada e suficiente), sendo que na fase de habilitação o licitante apenas precisará apresentar uma declaração de disponibilidade dessa equipe, sem ser necessário relação nominal dos integrantes ou qualquer outra espécie de comprovação, a qual será exigida após a adjudicação, como condição para assinatura do contrato, que se descumprida sujeitará o particular às sanções cabíveis em face de sua inadimplência.



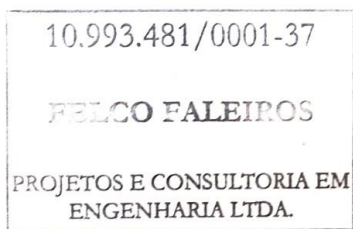
Portanto, para fins de qualificação técnica é desarrazoada a exigência de relação nominal dos profissionais, por configurar restrição a competitividade.

O TCU tem rechaçado a exigência prévia de profissionais de cunho técnico operacional no quadro permanente da empresa licitante. O TCU entende que exigências dessa natureza inibem o caráter competitivo do certame, de forma contrária ao princípio da igualdade. O argumento que é um desafio para Administração garantir a qualidade do objeto sem a configuração de restrição à competitividade já foi objeto de debate nesse Tribunal. O Ministro Ubiratan Aguiar, no TC 026.646/2006-6, faz orientações sobre como garantir a qualidade do objeto sem implicar em restrições à competitividade, conforme trecho transcrito a seguir:

De outra parte, para que a contratante não fique a mercê de 'licitantes aventureiros' e tenha maior garantia da qualidade do pessoal da contratada, cabe a ela dispor, tanto no edital como no contrato que vier a ser celebrado, o perfil desejado e o quantitativo mínimo de pessoas que entende necessário para realização dos serviços, evitando, assim, eventual favorecimento de determinadas empresas na fase de pontuação técnica, porém garantindo que o objeto contratado será executado por pessoas plenamente qualificadas.'

Assim, o TCU adota posicionamento contrário à exigência de quadro de pessoal com técnicos certificados e qualificados em fase anterior a celebração do contrato. Esse entendimento visa a evitar que os licitantes incorram em despesas que sejam desnecessárias e anteriores à própria celebração do contrato.

Desta forma, será a partir da assinatura do contrato e durante a execução dos serviços que a Administração deverá verificar, por intermédio de fiscalização, se a empresa contratada cumpre com as obrigações contratuais assumidas (que se vinculam aos termos do edital e da proposta vencedora), o que inclui, então, a disponibilização do pessoal técnico exigido no edital para execução do objeto, sob pena de inadimplemento e aplicação das sanções cabíveis.



DO PEDIDO

Neste cenário, requeremos a revisão da decisão do Pregoeiro de inabilitar nossa empresa, **CONSIDERANDO-A HABILITADA E DECLARANDO-A VENCEDORA, POR ATENDER A TODAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS E EDITALÍCIAS E POR SER A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO.**

Pelo que, espera, e PEDE DEFERIMENTO,

Atenciosamente,

São Carlos/SP, 15/03/2023.

Felco Faleiros Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP
CNPJ 10.993.481/0001-37
Bruna da Cunha Felício
Sócia diretora – representante legal
CPF: 312.845.508-26 - RG: 27.001.125-0 SSP/SP
contato@felcofaleiros.com